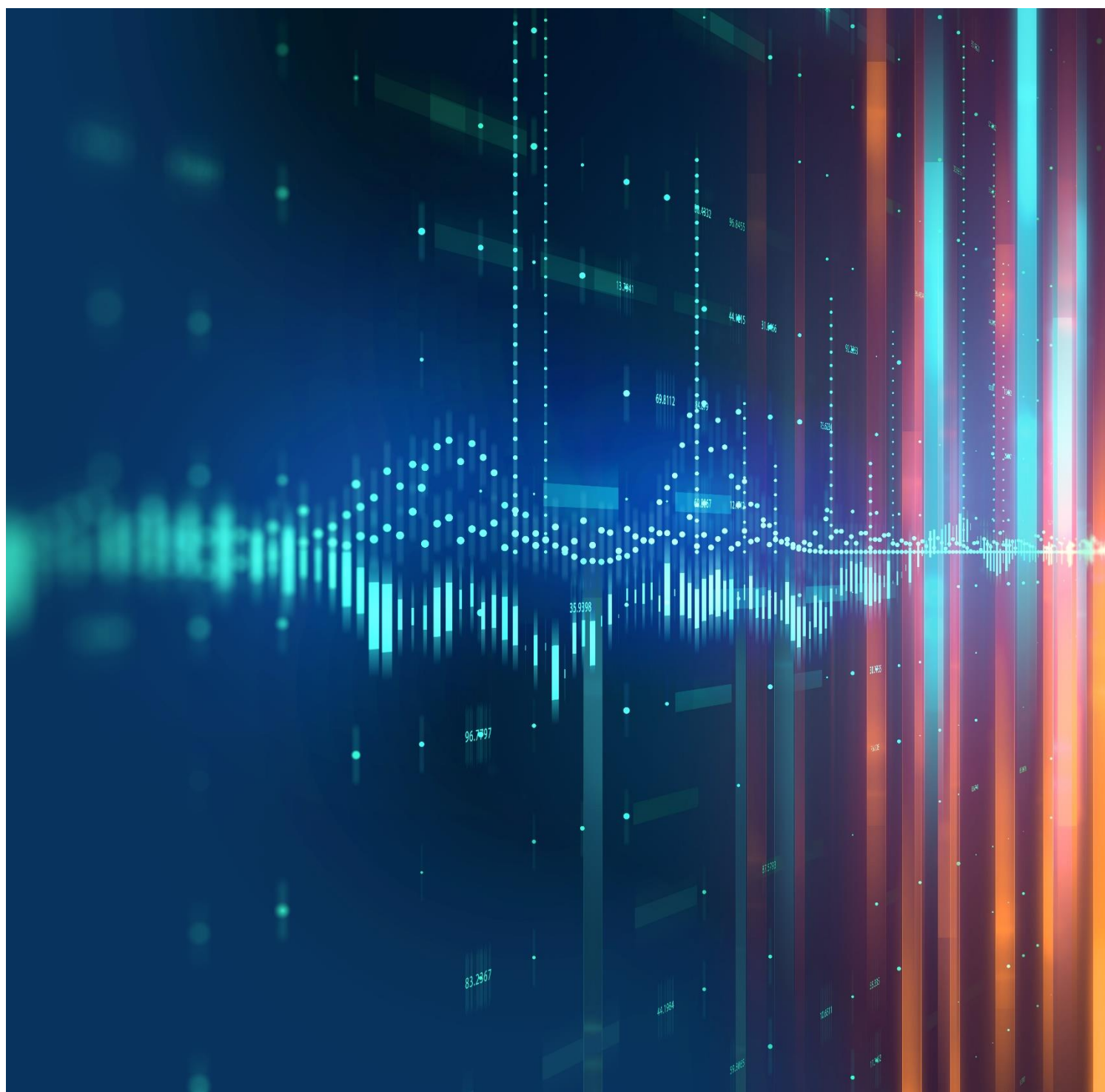


# Novidades Jurídicas

## 4.º Trimestre 2025

Newsletter Bancário, Financeiro  
e Mercado de Capitais

Portugal





## 1.

### Direito Bancário e Financeiro Mercado de Capitais

#### *Proposta de revisão do SFDR*

Em 20 de novembro de 2025, a Comissão Europeia apresentou uma proposta de revisão aprofundada do Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis (conhecida por “**SFDR 2.0**”), que visa simplificar a **divulgação em finanças sustentáveis**.

A Comissão Europeia assinala que as alterações propostas se destinam, em primeira linha, a colmatar as atuais lacunas, tornando as regras mais simples, mais eficientes e mais bem alinhadas com as realidades do mercado.

A proposta encontra-se em apreciação pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho e, a ser adotada, será aplicável 18 meses após a sua entrada em vigor.

Para mais informações sobre o SFDR 2.0, ver o nosso Legal Flash “[SFDR 2.0: no sentido de uma maior clareza](#)”.

#### *Pacote da Comissão Europeia para integrar plenamente os mercados financeiros da UE*

Em 4 de dezembro de 2025, a Comissão Europeia adotou um pacote abrangente de medidas que visam eliminar os obstáculos e aproveitar todo o potencial do mercado único dos serviços financeiros da UE.

O pacote integra três propostas legislativas:

- Uma **proposta de regulamento que irá alterar múltiplos regulamentos europeus em vigor**, entre outros, o **EMIR** (Regulamento (UE) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012), o **MiFIR** (Regulamento (UE) n.º 600/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014), o **Regulamento MiCA** (Regulamento (UE) 2023/1114 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio de 2023) e o **Regulamento CBDR** (Regulamento (UE) 2019/1156 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019);
- Uma **proposta de diretiva que irá alterar a MiFID** (Diretiva 2014/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014), a **Diretiva UCITS** (Diretiva 2009/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009) e a **AIFMD** (Diretiva 2011/61/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2011); e
- Uma **proposta de regulamento, que deverá substituir a Diretiva 98/26/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio 1998, relativa ao carácter definitivo da liquidação nos sistemas de pagamentos e de



liquidação de valores mobiliários, e **alterar** a Diretiva 2002/47/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Junho de 2002, relativa aos acordos de garantia financeira.

Entre os principais objetivos deste pacote, destacam-se:

- **Eliminar os obstáculos à integração do mercado e alavancar os efeitos de escala;**
- **Facilitar a inovação;**
- **Racionalizar e reforçar a supervisão; e**
- **Simplificar e reduzir encargos.**

As propostas serão negociadas e aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho.

### ***Regulamentação do Regime da Cessão e Gestão de Créditos Bancários***

O Banco de Portugal publicou o Aviso n.º 6/2025, de 3 de dezembro (o “**Aviso n.º 6/2025**”), que vem regulamentar aspetos essenciais do Regime da Cessão e Gestão de Créditos Bancários (o “**RCGCB**”), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 103/2025, de 11 de setembro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2021/2167, visando harmonizar o acesso e o exercício da gestão de créditos bancários não produtivos e definir os requisitos para os adquirentes de créditos.

O RCGCB entrou em vigor no passado dia 10 de dezembro de 2025.

As principais matérias reguladas pelo Aviso n.º 6/2025 são as seguintes:

- **O procedimento de autorização para gestores de créditos;**
- **O registo público e interno dos gestores e créditos;**
- **O procedimento de utilização do SIRES, de adesão obrigatória para entidades com sede em Portugal;**
- **Os requisitos dos membros dos órgãos de administração dos gestores de créditos;**
- **Os sistemas de governo e mecanismos de controlo interno;**
- **As atividades transfronteiriças; e**
- **A subcontratação de atividades de gestão de créditos.**

O Aviso n.º 6/2025 incorpora ainda as orientações da Autoridade Bancária Europeia (EBA), tanto no que respeita à avaliação da adequação dos órgãos de administração ou de direção dos gestores de créditos (EBA/GL/2023/09),



como à criação e manutenção de listas ou registos nacionais de gestores de créditos (EBA/GL/2024/02). A respeito das Orientações da EBA ver o nosso post [\*“A evolução da Diretiva NPL”\*](#)

O Aviso n.º 6/2025 estabelece uma **disposição transitória**, aplicável até à completa disponibilização dos formulários eletrónicos no SIREs.

Para mais informações sobre o Aviso n.º 6/2025, ver o nosso Legal Flash [\*“Regulamentação do Regime da Cessão e Gestão de Créditos Bancários”\*](#).

## ***Lei de execução do Regulamento MiCA em Portugal***

A Lei n.º 69/2025, de 22 de dezembro assegura a **aplicação efetiva do Regulamento MiCA em Portugal**, definindo as regras nacionais necessárias para a emissão de criptoativos e a prestação de serviços sobre criptoativos no mercado português.

A lei completa o regime harmonizado europeu aplicável a **emitentes de criptoativos, criptofichas referenciadas a ativos (ARTs), criptofichas de moeda eletrónica (EMTs) e prestadores de serviços de criptoativos (CASPs)**, definindo, em particular, as autoridades competentes, o regime sancionatório e o enquadramento do período transitório.

As competências de supervisão são repartidas entre o **Banco de Portugal**, responsável, designadamente, pela oferta pública de ARTs e EMTs e pela supervisão prudencial dos CASPs, e a **Comissão do Mercado de Valores Mobiliários**, competente pela oferta pública de criptoativos que não sejam ARTs ou EMTs, pela supervisão comportamental dos CASPs e em matéria de abuso de mercado. O diploma prevê ainda mecanismos de cooperação entre ambas as autoridades no processo de autorização.

É igualmente criado um regime nacional de contraordenações específico para o incumprimento do Regulamento MiCA, bem como clarificado o regime transitório aplicável às entidades que já exerciam legalmente atividades com criptoativos em Portugal.

A Lei n.º 69/2025 entrou em **vigor em 27 de dezembro de 2025**, clarificando igualmente o alcance do **regime transitório** previsto no artigo 143.º do Regulamento MiCA, aplicável às entidades que já exerciam legalmente atividades com criptoativos em Portugal, as quais **podem continuar a exercer essas atividades até 1 de julho de 2026 ou até decisão sobre o respetivo pedido de autorização**.

Para mais informações sobre a Lei de execução do Regulamento MiCA em Portugal ver o nosso Legal Flash [\*“Lei de execução do Regulamento MiCA em Portugal”\*](#).



## **Legislação Nacional**

### **Portaria n.º 338/2025/1, de 8 de outubro de 2025**

Identifica as instituições supervisionadas pelo Banco de Portugal que comunicam com o sistema judicial através da plataforma PERTO.

### **Lei n.º 68/2025, de 19 de dezembro de 2025**

Assegura a execução do Regulamento (UE) 2024/886, no que diz respeito às transferências a crédito imediatas em euros.

### **Lei n.º 69/2025, de 22 de dezembro de 2025**

Assegura a aplicação efetiva do Regulamento MiCA em Portugal, definindo as regras nacionais necessárias para a emissão de criptoativos e a prestação de serviços sobre criptoativos no mercado português.

### **Lei n.º 70/2025, de 22 de dezembro de 2025**

Executa na ordem jurídica interna o artigo 38.º do Regulamento (UE) 2023/1113, relativo às informações que acompanham as transferências de fundos e de determinados criptoativos, e altera a Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto.

### **Lei n.º 73/2025, de 23 de dezembro de 2025**

Assegura a implementação de atos jurídicos europeus no ordenamento jurídico nacional relativos à resiliência operacional digital do setor financeiro.

### **Resolução da Assembleia da República n.º 175/2025, de 5 de dezembro de 2025**

Recomenda ao Governo a adoção de políticas de combate à publicidade enganosa de criptoativos em plataformas de redes sociais, em cumprimento do Regulamento (UE) 2023/1114.

## **Legislação da União Europeia**

### **Regulamento de Execução (UE) 2025/1979 da Comissão, de 1 de outubro de 2025 (publicado a 6 de outubro de 2025)**

Normas técnicas de execução sobre a comunicação de informações relativas a encargos de transferências a crédito e percentagem de recusas, ao abrigo do Regulamento (UE) n.º 260/2012.

### **Regulamento (UE) 2025/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de outubro de 2025 (publicado a 21 de outubro de 2025)**

Altera vários regulamentos quanto a requisitos de comunicação nos domínios dos serviços financeiros e do apoio ao investimento.

### **Regulamento de Execução (UE) 2025/2159 da Comissão, de 27 de outubro de 2025 (publicado a 31 de outubro de 2025)**

Altera as ITS do Regulamento de Execução (UE) 2021/2284 sobre reporte e divulgação para empresas de investimento.

### **Regulamento Delegado (UE) 2025/1155 da Comissão, de 12 de junho de 2025 (publicado a 3 de novembro de 2025)**

Complementa o MiFIR (Regulamento (UE) n.º 600/2014) sobre dados dos sistemas de prestação de informação consolidada, sincronização de relógios e redistribuição de receitas.



**Regulamento Delegado (UE) 2025/1143 da Comissão, de 12 de junho de 2025 (publicado a 3 de novembro de 2025)**

Complementa o MiFIR sobre requisitos de autorização e organização de APA, ARM e CTP; revoga o Regulamento Delegado (UE) 2017/571.

**Regulamento de Execução (UE) 2025/1157 da Comissão, de 12 de junho de 2025 (publicado a 3 de novembro de 2025)**

ITS para formulários, modelos e procedimentos de autorização de APA, ARM e CTP; revoga o Regulamento de Execução (UE) 2017/1110.

**Regulamento Delegado (UE) 2025/1246 da Comissão, de 18 de junho de 2025 (publicado a 3 de novembro de 2025)**

Altera as RTS dos Regulamentos Delegados (UE) 2017/583 e 2017/587 sobre requisitos de transparência para obrigações, produtos estruturados, licenças de emissão e instrumentos de capital.

**Regulamento de Execução (UE) 2025/2338 da Comissão, de 20 de novembro de 2025**

Altera o Regulamento de Execução (UE) 2016/100 sobre o processo de decisão conjunta relativo a autorizações prudenciais ao abrigo do CRR (Regulamento (UE) n.º 575/2013).

**Regulamento de Execução (UE) 2025/2303 da Comissão, de 14 de novembro de 2025 (publicado a 10 de dezembro de 2025)**

ITS sobre procedimentos, formulários e modelos para informação de planos de resolução nos termos da Diretiva 2014/59/UE; revoga o Regulamento de Execução (UE) 2018/1624.

**Regulamento de Execução (UE) 2025/2475 da Comissão, de 8 de dezembro de 2025 (publicado a 9 de dezembro de 2025)**

Altera as ITS do Regulamento de Execução (UE) 2024/3117 sobre reporte do risco operacional.

**Parecer da Comissão, de 5 de novembro de 2025 (publicado a 19 de novembro de 2025)**

Parecer sobre a recomendação do BCE para alterar o Regulamento (CE) n.º 2533/98 relativo à compilação de informação estatística pelo BCE.

**Regulamento Delegado (UE) 2025/1311 da Comissão, de 3 de julho de 2025 (publicado a 14 de outubro de 2025)**

Complementa o CRR especificando condições para avaliar caráter significativo de extensões/alterações de modelos internos alternativos e fatores de risco modelizáveis.

**Regulamento Delegado (UE) 2025/1265 da Comissão, de 1 de julho de 2025 (publicado a 14 de outubro de 2025)**

Complementa o CRR sobre identificação do principal fator de risco de uma posição e determinação de posição longa/curta.

**Regulamento Delegado (UE) 2025/1774 da Comissão, de 28 de agosto de 2025 (publicado a 18 de dezembro de 2025)**

Altera o Regulamento Delegado (UE) 2021/1078 relativo a investimentos estratégicos de defesa nas diretrizes do InvestEU.

**Recomendação (UE) 2025/2029 da Comissão, de 30 de setembro de 2025 (publicada a 8 de outubro de 2025)**

Aumento da disponibilidade de contas de poupança e de investimento com tratamento fiscal simplificado e vantajoso





## **Avisos do Banco de Portugal (BdP)**

### **Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2025, de 3 de dezembro de 2025**

Regulamenta procedimentos e critérios de avaliação para autorização e registo de gestores de créditos, incluindo comunicações para atividade noutros Estados-Membros e subcontratação.

### **Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2025, de 18 de dezembro de 2025**

Altera o Aviso n.º 10/2017 sobre o exercício de opções previstas no quadro prudencial das instituições de crédito menos significativas.

## **Instruções do Banco de Portugal (BdP)**

### **Instrução n.º 13/2025 do Banco de Portugal, de 15 de outubro de 2025**

Altera parcialmente a Instrução n.º 23/2018 sobre idoneidade e autorização de membros dos órgãos de administração e fiscalização.

### **Instrução n.º 14/2025 do Banco de Portugal, de 15 de dezembro de 2025**

Determina a taxa base da contribuição periódica adicional de 2026 para o Fundo de Resolução

### **Instrução n.º 15/2025 do Banco de Portugal, de 15 de dezembro de 2025**

Determina os parâmetros para cálculo das contribuições de 2026 para o Fundo de Garantia de Depósitos.

## **Atos da Autoridade Bancária Europeia (EBA)**

### **Relatório final da EBA, de 8 de outubro de 2025**

Abordagens das autoridades competentes à supervisão AML/CFT das instituições de crédito.

### **Relatório final da EBA, publicado a 29 de outubro de 2025**

Projeto de RTS sobre risco de CVA de operações de financiamento de valores mobiliários ao abrigo do artigo 382.º, n.º 6, do CRR.

## **Atos do Banco Central Europeu (BCE)**

### **Decisão (UE) 2025/2056 do BCE, de 1 de outubro de 2025 (publicada a 10 de outubro de 2025)**

Altera a Decisão (UE) 2016/948 relativa à implementação do programa de compra de ativos do setor empresarial (BCE/2025/30).

### **Regulamento (UE) 2025/1958 do BCE, de 9 de setembro de 2025 (publicado a 17 de outubro de 2025)**

Altera o Regulamento (UE) 2015/534 relativo ao reporte de informação financeira para fins de supervisão.

### **Orientação (UE) 2025/2212 do BCE, de 2 de outubro de 2025 (publicada a 24 de novembro de 2025)**

Altera a Orientação (UE) 2021/833 relativa ao reporte estatístico sobre dados bancários consolidados (BCE/2025/34).



Orientação (UE) 2025/2595 do BCE, de 10 de dezembro de 2025 (publicada a 19 de dezembro de 2025)

Orientações sobre a abordagem de supervisão das ANC para cobertura de NPE em entidades menos significativas (BCE/2025/40).



2.

## Direito dos Seguros e Fundos de Pensões

### **Pacote de Pensões Complementares**

No âmbito da Comunicação da Comissão Europeia, de 19 de março de 2025, relativa à União da Poupança e dos Investimentos, a Comissão Europeia apresentou, em 20 de novembro de 2025, um conjunto de iniciativas legislativas destinadas a reforçar o papel das pensões complementares na União Europeia, promovendo simultaneamente a adequação dos rendimentos na reforma e o financiamento de longo prazo da economia europeia (o “**Pacote de Pensões Complementares**”).

Este pacote integra, em particular:

- a Comunicação da Comissão, de 20 de novembro de 2025, sobre o reforço da capacidade do setor das pensões complementares na UE (COM(2025) 839 final);
- a Recomendação (UE) 2025/2384, de 20 de novembro de 2025, relativa aos sistemas de rastreio das pensões, aos quadros de indicadores das pensões e à adesão automática (JOUE L, 27.11.2025);
- a proposta de alteração do Regulamento (UE) 2019/1238, relativo ao Produto Paneuropeu de Pensões Individuais (“**PEPP**”) (COM(2025) 840 final); e
- a proposta de alteração das Diretivas (UE) 2016/2341 (IORP II) e 2016/97, no que respeita ao reforço do enquadramento das pensões profissionais (COM(2025) 842 final).

A Recomendação (UE) 2025/2384 incentiva os Estados-Membros a adotarem medidas destinadas a melhorar o funcionamento e a transparência dos regimes de pensões complementares, destacando-se:

- o desenvolvimento de sistemas nacionais de rastreio das pensões, através de ferramentas digitais que permitam aos cidadãos obter uma visão consolidada dos seus direitos de pensão nos três pilares e projeções do rendimento esperado na reforma;
- a criação de quadros nacionais de indicadores das pensões, com dados agregados atualizados sobre a adequação e sustentabilidade dos sistemas de pensões; e





- a promoção de mecanismos de adesão automática a regimes de pensões complementares, coexistentes com modelos de adesão voluntária, salvaguardando o papel dos parceiros sociais e a integridade dos regimes existentes.

No que respeita ao PEPP, a proposta de alteração visa tornar este produto mais atrativo e acessível, através, nomeadamente, da equiparação do seu tratamento fiscal ao dos produtos nacionais equivalentes, do reforço dos requisitos de “value for money”, do aumento da transparência quanto a custos e desempenho, da flexibilização das regras de investimento e da remoção de entraves à portabilidade e à oferta transfronteiriça.

Por último, a proposta de revisão da Diretiva IORP II pretende modernizar e reforçar o enquadramento das pensões profissionais, promovendo ganhos de eficiência, economias de escala e maior diversificação dos investimentos, com vista a reduzir custos, aumentar a proteção dos beneficiários e melhorar os retornos das poupanças para a reforma.

O Pacote de Pensões Complementares surge num contexto de crescente pressão sobre a sustentabilidade dos sistemas públicos de pensões, associada ao envelhecimento demográfico, à baixa taxa de natalidade e à evolução desfavorável das taxas de substituição, refletindo uma aposta clara no reforço do segundo e terceiro pilares dos sistemas de pensões na União Europeia.

### *Legislação Nacional*

#### *Normas Regulamentares da ASF*

**Norma Regulamentar n.º 8/2025-R, de 18 de novembro / Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Conselho de Administração**

Estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no primeiro trimestre de 2026

**Norma Regulamentar n.º 9/2025 -R, de 30 de dezembro / Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Conselho de Administração**

Suspende a produção de efeitos da Norma Regulamentar n.º 7/2025-R, de 26 de agosto, relativa a pressupostos e requisitos na divulgação de informações respeitantes a fundos de pensões fechados, a adesões coletivas a fundos de pensões abertos e a adesões individuais a fundos de pensões abertos.

#### *Circulares da ASF*

**Circular da ASF n.º 11/2025, de 2 de dezembro de 2025, publicada a 11 de dezembro de 2025**

Divulgação de orientações para efeitos de atividades transfronteiras por mediadores de seguros, de resseguros e de seguros a título acessório registados em Portugal.

**Circular da ASF n.º 10/2025, de 11 de novembro de 2025, publicada a 5 de dezembro de 2025**

Relativa à divulgação de comunicados do Grupo de Ação Financeira (GAFI), na sequência da reunião plenária deste organismo de outubro.



**Circular da ASF n.º 9/2025, de 3 de novembro, publicada a 11 de novembro de 2025**

Divulgação de procedimentos de notificação e de troca de informações, para efeitos de atividades transfronteiras e transformações transfronteiriças.

**Avisos da ASF**

**Aviso da ASF, publicado a 13 de novembro de 2025 — Informações destinadas aos organismos de pensões que operam no domínio da poupança-reforma («terceiro pilar») — Convite à manifestação de interesse**

Por indicação da EIOPA, a ASF vem chamar a atenção das empresas de seguros que comercializam o ramo Vida e das Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões para o aviso C/2025/2125, publicado no Jornal Oficial da União Europeia de 4 de abril de 2025.

**Atos da Autoridade Europeia para Seguros e Pensões Ocupacionais (EIOPA)**

**Relatório, de 19 de dezembro de 2025**

Sobre as IRPPP transfronteiriças.

**Mapa térmico, de 17 de dezembro de 2025**

Destaca as principais tendências nos setores dos seguros e das pensões.

**Relatório de Estabilidade Financeira, de 15 de dezembro de 2025**

Analisa os riscos e as vulnerabilidades que as seguradoras e os fundos de pensões profissionais europeus enfrentam.

**Orientações, de 5 de dezembro de 2025**

Sobre a supervisão do grupo, as empresas coligadas e a avaliação dos modelos internos.

**Relatório, de 5 de dezembro de 2025**

Sobre as orientações relativas às exclusões do âmbito da supervisão de grupo - Revisão Solvência II.

**Relatório, de 5 de dezembro de 2025**

Sobre o parecer revisto sobre modelos internos com DVA – Revisão Solvência II.

**Relatório, de 5 de dezembro de 2025**

Sobre as Orientações revistas relativas ao tratamento das empresas coligadas - Revisão Solvência II.

**Consulta pública, de 5 de dezembro de 2025**

Sobre as orientações revistas relativas ao cálculo da solvência do grupo e à comunicação de informações.

**Consulta pública, de 5 de dezembro de 2025**

Sobre o projeto de revisão das orientações em matéria de comunicação de informações e divulgação pública – Revisão da Diretiva Solvência II.



### Relatório da “Pensions Techsprint 2025”, de 26 de novembro de 2025

Apresenta os resultados e as perspectivas da Pensions Techsprint da EIOPA, realizada de 17 a 19 de junho de 2025.

### Relatório, de 17 de novembro de 2025

Sobre o projeto de NTR relativas às análises macroprudenciais nas ORSA e nas PPP.

### Relatório, de 17 de novembro de 2025

Sobre os projetos de NTR relativas aos planos de gestão do risco de liquidez - Revisão Solvência II.

### Orientações, de 14 de outubro de 2025

Sobre a promoção de diversidade nos conselhos de administração das (res)seguradoras.

### Consulta pública, de 9 de outubro de 2025

Sobre a Diretiva Solvência II.

### Consulta pública, de 1 de outubro de 2025

Sobre a Diretiva Solvência II.

## *Legislação da União Europeia*

### Regulamento de Execução (UE) 2025/2312 da Comissão, de 17 de novembro de 2025

Estabelece, para as empresas de seguros e de resseguros, as informações técnicas para o cálculo das provisões técnicas e dos fundos próprios de base para efeitos de relato com uma data de referência compreendida entre 30 de setembro de 2025 e 30 de dezembro de 2025, em conformidade com a Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício.



## 3.

## **Direito dos Valores Mobiliários e do Mercado de Capitais**

## *Legislação Nacional*

### Portaria n.º 429/2025/1, de 4 de dezembro

Quarta alteração ao Regulamento Específico da Área Temática Inovação e Transição Digital.

### Diretiva n.º 11/2025, de 18 de novembro

Aprova o manual de procedimentos da atividade de registo e contratação bilateral de energia elétrica (MP PPA).



### Decreto-Lei n.º 115/2025, de 27 de outubro

Altera o regime jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, transpondo o artigo 74.º da *Diretiva (UE) 2024/1640*, relativa aos mecanismos a criar pelos Estados-Membros para prevenir a utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo.

### *Circulares da CMVM*

#### Circular n.º 009/2025, de 17 de dezembro

Orientações aos auditores - Aplicação da Norma Internacional de Auditoria para Auditorias de Demonstrações Financeiras de Entidades Menos Complexas (ISA-LCE).

#### Circular n.º 008/2025, de 5 de dezembro

Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo. Divulgação de Comunicados do Gafi - reunião plenária de 22 a 24 de outubro de 2025.

### *Atos da ESMA*

#### Relatório final do ESMA, de 18 de dezembro

Sobre as diretrizes relativas aos controlos internos para administradores de índices de referência, agências de notação de risco e infraestruturas de transparência do mercado.

#### Relatório final do ESMA, de 15 de dezembro

Relatório final da revisão do MiFIR sobre derivados (transparência, pacotes, entradas e saídas do CTP).

#### Relatório final do ESMA, de 22 de outubro

Relatório final sobre o projeto de normas técnicas regulamentares para o estabelecimento de um código de conduta da UE para a investigação patrocinada por emitentes.

#### Relatório final do ESMA, de 21 de outubro

Sobre o projeto de normas técnicas regulamentares relativas aos FIA de origem de empréstimos abertos ao abrigo da Diretiva FIA.

#### Relatório final do ESMA, de 21 de outubro

Sobre o projeto de normas técnicas de execução relativas à extensão da utilização do formato simplificado das listas de pessoas com acesso a informação privilegiada.

#### Relatório final do ESMA, de 16 de outubro

Sobre a substituição do RTS no EEAP.

#### Relatório final do ESMA, de 16 de outubro

Sobre a metodologia para o cálculo da capitalização de mercado.

#### Relatório final do ESMA, de 15 de outubro



Sobre o pedido de parecer relativo ao quadro prudencial das empresas de investimento.

**Relatório final do ESMA, de 15 de outubro**

Sobre as expectativas de supervisão para o órgão de gestão.

**Relatório final do ESMA, de 15 de outubro**

Sobre as normas técnicas ao abrigo do regulamento relativo à transparência e integridade das atividades de notação ambiental, social e de governação (ESG).

**Relatório final do ESMA, de 15 de outubro**

Relatório final sobre normas técnicas ao abrigo do Regulamento Europeu relativo às obrigações verdes.

**Relatório final do ESMA, de 13 de outubro**

Sobre as alterações às RTS relativas à disciplina de liquidação.

**Relatório final do ESMA, de 9 de outubro**

Sobre as RTS EMIR 3 relativas às validações de modelos.

**Relatório final do ESMA, de 9 de outubro**

Sobre as RTS EMIR 3 relativas à autorização e às extensões de atividade.

Para obter informação adicional sobre o conteúdo deste documento, por favor dirija-se ao seu contacto habitual na Cuatrecasas.



©2026 CUATRECASAS

Todos os direitos reservados. Esta comunicação é uma seleção das novidades jurídicas e legislativas consideradas relevantes sobre temas de referência e não pretende ser uma compilação exaustiva de todas as novidades do período a que se reporta. As informações contidas nesta página não constituem aconselhamento jurídico em nenhuma área da nossa atividade profissional.

Os direitos de propriedade intelectual sobre este documento pertencem à Cuatrecasas. E proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio, a distribuição, a cedência e qualquer outro tipo de utilização deste documento sem prévia autorização da Cuatrecasas